

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Ampla Energia e Serviços S.A.  
Niterói - RJ

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita (Notas Explicativas nºs 2.10 e 25)

---

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de venda de energia elétrica, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se:

- (i) Critério de reconhecimento de receita, em decorrência da adoção do IFRS 15/CPC 47;
- (ii) Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude;
- (iii) Lançamento da fatura se dê por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época;
- (iv) Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de eletricidade fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano ("fornecimento não faturado").

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Receita (Notas Explicativas nºs 2.10 e 25)

---

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmamos que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais, em decorrência da adoção do IFRS 15/CPC 47; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas de energia e os respectivos pagamentos; efetuamos teste global de receita de venda de energia elétrica; confrontamos com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada ("fornecimento não faturado") realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando com a estimativa da Companhia. Avaliamos, também, os pressupostos relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas nºs 2.3 e 7)

A estimativa da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e cenário econômico atual e prospectivo.

A Administração da Companhia, durante o exercício de 2018, em decorrência da adoção do IFRS 9/CPC 48, readequou sua política contábil de mensuração e divulgação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa às políticas realizadas pela área de gestão de crédito.

Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios (Nota Explicativa nºs 10)

As receitas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma tarifa (após revisão e homologação da ANEEL) capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em virtude disso, a Companhia registra ativos e/ou passivos regulatórios decorrente da diferença entre os custos incorridos e o valor da tarifa recebida no último no reajuste tarifário (cobertura tarifária). Em virtude da complexidade e detalhes específicos aplicáveis ao setor elétrico, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos regulatórios.

Resposta da auditoria ao assunto de Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas nºs 2.3 e 7)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da estimativa definida pela Administração para constituição de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, realização de recálculo matemático da referida provisão e desafiamos o julgamento da Administração decorrente a estimativa definida onde foram totalizados todos os créditos, independente se vencidos ou a vencer, dos consumidores com faturas registradas como provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (“efeito arrasto”). Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, não foram identificadas distorções materiais na mensuração da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa. Portanto, consideramos que são aceitáveis a estimativa da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, bem como as divulgações nas Notas Explicativas nºs 2.3 e 7 no contexto das demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios (Nota Explicativa nºs 10)

Os nossos procedimentos de auditoria consideraram a avaliação dos ativos e passivos regulatórios registrados com base nas regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os ativos e passivos regulatórios, consideramos que os critérios e premissas adotadas para reconhecimento dos referidos ativos e passivos regulatórios, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Avaliação de impairment de ativo imobilizado, intangível e ativos contratuais (Notas Explicativas nºs 2,6, 12, 13 e 14)

A Companhia possui registrado ativo imobilizado, intangível e ativos contratuais no montante de R\$ 3.411.947 mil, em 31 de dezembro de 2018 referente a investimentos realizados oriundos do direito de concessão de distribuição de energia elétrica. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de impairment desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto.

Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego (Notas Explicativas nº 2.8 e 21)

A Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 - Benefício pós-emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos passivos decorrente a benefícios pós-emprego.

Resposta da auditoria ao assunto de Avaliação de impairment de ativo imobilizado e intangível (Notas Explicativas nºs 2,6, 12, 13 e 14)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (CGU) preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em impairment do ativo imobilizado e intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas. Avaliamos também a adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Nossos trabalhos revelaram que as premissas e a metodologia de avaliação do fluxo de caixa futuro utilizadas estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao período anterior e o plano de negócios da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego (Notas Explicativas nº 2.8 e 21)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o envolvimento de especialista atuarial na revisão da estimativa e metodologia utilizada para cálculo dos benefícios e a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação das Notas Explicativas nºs 2.8 e 21 às demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, não foram identificadas distorções materiais na mensuração do benefício Pós Emprego. Portanto, consideramos apropriadas os julgamentos, as estimativas e as divulgações preparadas pela Administração incluídas nas Notas Explicativas nºs 2.8 e 21 relacionadas ao reconhecimento e mensuração dos saldos de benefícios pós emprego, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. **Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;**
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.





Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 CE 001465/F-4

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Jairo da Rocha Soares'. The signature is stylized and includes a large, sweeping flourish that extends to the left and then curves back up and to the right.

Jairo da Rocha Soares  
Contador CRC 1SP 120458/O-6 -S- CE

# AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

## Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Ativos			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	267.076	305.915
Títulos e valores mobiliários	6	81.777	120.091
Consumidores e outras contas a receber	7	914.449	848.983
Ativos financeiros setoriais	10	229.300	75.332
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	322.098	346.447
Tributos a compensar	9	145.833	304.050
Serviço em Curso		55.270	65.029
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	17	13.766	2.637
Outros créditos		66.468	87.596
Total do ativo circulante		<u>2.096.037</u>	<u>2.156.080</u>
Não circulante			
Consumidores	7	34.593	50.140
Depósitos vinculados a litígios	22	214.571	236.510
Tributos a compensar	9	104.458	106.406
Serviço em Curso		35.596	14.351
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	17	98.364	4.329
Tributos diferidos	28	322.338	420.095
Ativo indenizável (concessão)	11	3.378.495	2.864.913
Imobilizado	12	61.175	61.619
Intangível	13	2.673.290	2.792.367
Ativos contratuais	14	677.482	623.912
Total do ativo não circulante		<u>7.600.362</u>	<u>7.174.642</u>
Total dos ativos		<u><u>9.696.399</u></u>	<u><u>9.330.722</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

## Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Passivos			
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	15	758.868	900.125
Empréstimos e financiamentos	17	1.761.231	1.090.025
Debêntures	18	1.511	1.630
Salários, Provisões e encargos sociais		48.143	43.072
Obrigações fiscais	16	119.762	124.737
Dividendos a pagar		87.184	46.515
Taxa regulamentares	19	375.897	369.210
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	17	7.680	34.291
Outras obrigações		84.657	75.817
Total do passivo circulante		<u>3.244.933</u>	<u>2.685.422</u>
Não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	15	454	404
Empréstimos e financiamentos	17	1.250.981	1.410.683
Debêntures	18	597.926	596.892
Passivos financeiros setoriais	10	6.111	32.088
Obrigações com benefícios pós-emprego	21	429.975	492.442
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	602.204	665.104
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	17	5.617	19.647
Outras obrigações		269	-
Taxa regulamentares	19	62.378	71.072
Total do passivo não circulante		<u>2.955.915</u>	<u>3.288.332</u>
Patrimônio líquido	23		
Capital social		2.498.230	2.498.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		976.874	826.920
Outros resultados abrangentes		(2.807)	8.564
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		<u>3.495.551</u>	<u>3.356.968</u>
Total do patrimônio líquido e passivos		<u>9.696.399</u>	<u>9.330.722</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação expresso em Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	25	5.460.889	5.338.280
Custo do serviço	26	<u>(4.532.888)</u>	<u>(4.711.838)</u>
Lucro operacional bruto		<u>928.001</u>	<u>626.442</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	26	(149.241)	(140.745)
Despesas gerais e administrativas	26	(219.021)	(212.253)
Outras receitas operacionais	26	61.774	69.117
Total de receitas (despesas) operacionais		<u>(306.488)</u>	<u>(283.881)</u>
Resultado antes da apuração do resultado financeiro		<u>621.513</u>	<u>342.561</u>
Resultado financeiro			
Receita financeira	27	951.425	429.512
Despesa financeira	27	<u>(1.303.382)</u>	<u>(920.147)</u>
Total do resultado financeiro		<u>(351.957)</u>	<u>(490.635)</u>
Lucro / prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>269.556</u>	<u>(148.074)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	28	(98.310)	45.097
Lucro / (prejuízo) do exercício		<u>171.246</u>	<u>(102.977)</u>
Lucro / (prejuízo) por ação - básico (em reais por ação)		<u>1,02768</u>	<u>(1,03399)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação expresso em Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) do exercício		171.246	(102.977)
Outros resultados abrangentes			
Ganho (perda) atuarial em benefícios pós emprego	21	22.447	(27.283)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em fundo de pensão	28	(7.632)	9.276
Ganho (perda) em instrumentos financeiros	28	(17.229)	12.281
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumento financeiro derivativos	28	5.858	(4.176)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>174.690</u>	<u>(112.879)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Total	
		Capital social	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos com capital próprio	Reserva legal	Reserva estatutária de reforço de capital de giro	Lucros (prejuízos) acumulados		Outros resultados abrangentes
Saldos em 01 de janeiro de 2017		1.298.230	2.308	20.946	113.379	834.525	-	459	2.269.847
Aumento de Capital		1.200.000	-	-	-	-	-	-	1.200.000
Perda atuarial em benefícios pós emprego	21	-	-	-	-	-	-	(27.283)	(27.283)
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	28	-	-	-	-	-	-	9.276	9.276
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	23	-	-	-	-	-	(18.007)	18.007	-
Prejuízo do exercício	23	-	-	-	-	-	(102.977)	-	(102.977)
Dividendos expirados	23	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	-	-	12.281	12.281
Tributos Diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - Swap	28	-	-	-	-	-	-	(4.176)	(4.176)
Absorção de prejuízo do exercício	23	-	-	-	-	(120.984)	120.984	-	-
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017		2.498.230	2.308	20.946	113.379	713.541	-	8.564	3.356.968
Ganho atuarial em benefícios pós emprego	21	-	-	-	-	-	-	22.447	22.447
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	28	-	-	-	-	-	-	(7.632)	(7.632)
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	23	-	-	-	-	-	14.815	(14.815)	-
Lucro líquido do exercício	23	-	-	-	-	-	171.246	-	171.246
Impacto inicial do IFRS 9		-	-	-	-	-	4.564	-	4.564
Dividendos expirados		-	-	-	-	-	-	-	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	-	-	(17.229)	(17.229)
Tributos Diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - Swap	28	-	-	-	-	-	-	5.858	5.858
Reserva Legal	23	-	-	-	8.562	-	(8.562)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	23	-	-	-	-	-	(40.671)	-	(40.671)
Reserva de reforço de capital de giro	23	-	-	-	-	141.392	(141.392)	-	-
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018		2.498.230	2.308	20.946	121.941	854.933	-	(2.807)	3.495.551

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	171.246	(102.977)
Ajustes por		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	98.634	131.431
Depreciação e amortização	340.827	317.398
Juros e variações monetárias	395.293	358.869
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	(122.832)	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	(8.628)	(31.907)
Receita (despesas) ativo indenizável	(133.617)	(74.436)
Valor residual de intangível baixado	23.719	80.284
Imposto de renda e contribuição social diferidos	93.633	(45.097)
Perda de recebíveis de clientes	37.810	2.871
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	103.644	159.788
Obrigações com benefício pós-emprego	68.628	48.246
P&D e eficiência energética	6.221	42.254
Outros	1.323	91
	<u>1.075.901</u>	<u>886.815</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Consumidores	(265.039)	(152.225)
Subvenção CDE- desconto tarifário	24.349	(68.935)
Ativos financeiros setoriais	(145.340)	(43.425)
Estoques		
Tributos a compensar	160.165	(210.513)
Depósitos vinculados a litígios	21.939	(13.185)
Serviço em Curso	(11.486)	(13.954)
Consumidores - serviços prestados	85.583	(1.066)
Outros créditos	22.425	105.921
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(141.207)	211.509
Salários, Provisões e encargos sociais	5.071	526
Repasse CCRBT	(1.289)	-
Obrigações fiscais	(4.975)	436
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	(39.915)	12.977
Taxas regulamentares	6.687	30.021
Programas de P&D e de eficiência energética	(15.939)	(18.670)
Passivos financeiros setoriais	(25.977)	(28.393)
Pagamento de benefício pós emprego	(108.648)	(76.422)
Pagamento das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(166.544)	(98.389)
Outros passivos	8.024	(30.882)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>501.013</u>	<u>510.816</u>
Atividades de investimento		
Aplicações no intangível e imobilizado	(678.560)	(1.083.534)
Títulos e valores mobiliários	38.314	(66.319)
Caixa líquido consumido pelas as atividades de investimento	<u>(640.246)</u>	<u>(1.149.853)</u>
Atividades de financiamento		
Captação de Debêntures	-	596.803
Pagamento de Debêntures	-	(950.033)
Captação de empréstimos e financiamentos	<b>560.564</b>	1.523.060
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(319.899)	(308.668)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(97.558)	(62.089)
Pagamentos de juros de debêntures	(42.713)	(105.478)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas as atividades de financiamento	<u>100.394</u>	<u>693.595</u>
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(38.839)</u>	<b>54.558</b>
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício	305.915	<b>251.357</b>
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício	<u>267.076</u>	<b>305.915</b>
	(38.839)	<b>54.558</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

## Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>GERAÇÃO DE RIQUEZAS:</b>			
Receitas			
Venda de Mercadorias, Produtos e serviços		8.274.251	<b>7.334.166</b>
Receitas relativas à construção de ativos próprios	25	669.723	<b>1.043.446</b>
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	26	(98.634)	<b>(131.431)</b>
Outras receitas		121.791	<b>129.668</b>
<b>Total de receitas</b>		<b>8.967.131</b>	<b>8.375.849</b>
Insumos adquiridos de terceiros			
Compra de energia	26	(2.570.202)	<b>(2.483.259)</b>
Encargos de uso da rede elétrica	26	(514.309)	<b>(380.621)</b>
Custo de construção	26	(669.723)	<b>(1.043.446)</b>
Materiais, energia e serviços de terceiros	26	(446.893)	<b>(448.824)</b>
Outras despesas operacionais		(166.732)	<b>(194.924)</b>
- Provisão de riscos		(39.175)	<b>(37.820)</b>
- Outras (exceto aluguéis e tributos)		(127.557)	<b>(157.104)</b>
<b>Total de insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(4.367.859)</b>	<b>(4.551.074)</b>
( = ) Valor adicionado bruto		4.599.272	<b>3.824.775</b>
(-) Depreciação e amortização	26	(314.717)	<b>(294.621)</b>
( = ) Valor adicionado líquido produzido		4.284.555	<b>3.530.154</b>
( + ) Valor adicionado recebido em transferência			
Receita financeira	27	951.425	<b>429.512</b>
( = ) Valor adicionado total a distribuir		<b>5.235.980</b>	<b>3.959.666</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</b>			
Pessoal			
Remuneração direta		125.026	<b>121.029</b>
FGTS		4.493	<b>5.169</b>
Benefícios		26.351	<b>26.558</b>
Outros encargos sociais		7.893	<b>8.138</b>
Participação nos resultados		16.068	<b>15.267</b>
		<b>179.831</b>	<b>176.161</b>
Impostos, taxas e contribuições			
Federal		1.616.370	<b>1.213.817</b>
Estadual		1.946.120	<b>1.732.664</b>
Municipal		5.847	<b>5.033</b>
		<b>3.568.337</b>	<b>2.951.514</b>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		239.142	<b>382.094</b>
Outras despesas financeiras		1.064.239	<b>538.053</b>
Aluguéis		13.185	<b>14.821</b>
		<b>1.316.566</b>	<b>934.968</b>
Remuneração de capitais próprios			
Dividendo mínimo obrigatório		40.671	-
Reserva de reforço de capital de giro		141.392	-
Reserva de lucros		8.562	-
Prejuízo do Período		-	(102.977)
Retenção de Lucros		(19.379)	-
		<b>171.246</b>	<b>(102.977)</b>
<b>Total do valor adicionado distribuído</b>		<b>5.235.980</b>	<b>3.959.666</b>
<b>Valor adicionado (médio) por empregado</b>		<b>5.398</b>	<b>4.082</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## 1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede no município Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL").

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, que é regulada pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026.

Em 14 de março de 2017 foi celebrado o 6º Termo aditivo ao contrato de concessão do serviço público de energia.

Em 20 de fevereiro de 2019, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração.

## 2. Principais políticas contábeis

### 2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado; instrumentos financeiros -custo amortizado; contingências e benefício a empregados.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

## 2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações Contábeis são preparadas em Reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas no resultado abrangente.

## 2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados.

### Classificação - Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	<b>Valor contábil original de acordo com CPC 38 / IAS39 em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>Novo valor contábil de acordo com CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018</b>
	<b>Categoria</b>	<b>Categoria</b>
<b>Ativo</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Titulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Cauções e depósitos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Consumidores - serviços prestados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultado
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	Valor justo por meio de resultado
<b>Passivo</b>		
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Passivos financeiros setoriais	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Outros passivos financeiros	Valor justo por meio de resultado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

### Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

### Desreconhecimento/(baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais:

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (corporativo, grandes clientes e administração pública). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

	Saldo contábil		Ajuste de transição		Saldo líquido de impostos
	originalmente apresentado em 31.12.2017	Valor da adoção	(lucros acumulados)	IR/CS sobre adoção	
PECLD energia	689.295	674.696	14.599	4.964	9.635
PECLD não energia	30.566	36.834	(6.268)	(2.131)	(4.137)
Contas a receber	719.861	711.530	8.331	2.833	5.498
Outros créditos	21.943	23.359	(1.416)	(481)	(935)
<b>Total</b>	<b>741.804</b>	<b>734.889</b>	<b>6.915</b>	<b>2.351</b>	<b>4.564</b>

### Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos derivativos como:

- Hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo);
- Hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou
- Hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido).

#### (a) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), Líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(b) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida na reserva de hedge de fluxo de caixa, no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas relacionadas com a parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado, em outras receitas (despesas).

Quando os contratos a termo são usados como hedge das transações previstas, o grupo geralmente designa apenas a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de hedge. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de hedge. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de hedge. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue.

Os ganhos ou perdas relacionados à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na Demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Quando um instrumento de hedge vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, como um estoque. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativo e os custos de hedge diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado.

(c) Hedge de investimento líquido

As operações de hedge de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de hedge de fluxo de caixa.

Qualquer ganho ou perda do instrumento de hedge relacionado com a parcela efetiva do hedge é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

Ineficácia do hedge

A eficácia de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.

No caso de hedges de compras em moeda estrangeira, o Grupo contrata operações de hedge quando os termos essenciais do instrumento de hedge correspondem exatamente aos termos do item protegido. Portanto, o Grupo realiza uma avaliação qualitativa de eficácia. Se houver mudanças nas circunstâncias que afetem os termos do item protegido de tal forma que os termos essenciais deixem de corresponder, de forma exata, aos termos essenciais do instrumento de hedge, o Grupo utilizará o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia.

Nos hedges de compras em moeda estrangeira, a ineficácia pode ocorrer se o período da transação prevista for alterado em relação ao período estimado originalmente, ou se houver mudanças no risco de crédito ou na contraparte do derivativo.

A ineficácia do hedge de swaps de taxa de juros pode ocorrer devido:

- Ao ajuste do valor de crédito/valor de débito nos swaps de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo;
- Diferenças nos termos essenciais entre os swaps de taxa de juros e os empréstimos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.4. Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.



De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Por se tratar de evento novo, a Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O registro dos valores a receber foi efetuado em contas de ativo em contrapartida ao resultado deste exercício na rubrica de receita de vendas de bens e serviços.

#### 2.5. Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

A Companhia classifica a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar uma melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho.

Uso de estimativas:

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do valor novo de reposição - "VNR" depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado através da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Dessa forma, nenhuma perda para redução ao provável valor de recuperação é necessária.

2.6. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão, são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

## 2.7. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um imposto de renda ativo e contribuição social diferido são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil específica.

## 2.8. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado independente utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

#### 2.9. Provisão para tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## 2.10. Receita de contratos com clientes

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. O princípio básico da norma estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15:

- 1- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- 2- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- 3- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- 4- Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos;
- 5- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia analisou as seguintes receitas de contratos com clientes:

- Receita de fornecimento de energia;
- Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);
- Receita de venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE;
- Receita de construção da infraestrutura da concessão;
- Receita de aluguel de postes;
- Outras receitas.

Após análise detalhada dessas receitas, a Companhia concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente. No caso da receita de construção da infraestrutura da concessão, a obrigação de desempenho está atrelada à evolução financeira da obra, onde os benefícios das melhorias são transferidos para a concessão à medida que os custos são incorridos.

Adicionalmente, o pronunciamento determina que a Companhia reconheça a receita originada de um contrato com cliente quando a possibilidade de recebimento for provável, considerando a capacidade e a intenção de pagamento do cliente. Sendo assim, havendo a expectativa de não recebimento, a respectiva receita será apresentada líquida, através de uma conta redutora de fornecimento de energia. A Companhia avaliou os clientes com longo histórico de inadimplência que, por diversos motivos, não tiveram seu fornecimento de energia suspenso e concluiu que o impacto não é material. Dessa forma, a Companhia monitora mensalmente tais recebíveis e os mesmos continuam a ser objeto de constituição de perda esperada de acordo com as políticas da Companhia.

Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que a adoção desse pronunciamento não impactou as suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto por:

- (i) Penalidades de seus indicadores individuais de desempenho (DIC, FIC, DMIC e DICRI) que foram reclassificadas de despesa operacional para receita operacional (redutora da receita de TUSD)

De acordo com o pronunciamento, as receitas devem ser reconhecidas de forma líquida de contraprestação variável, como por exemplo eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. Dessa forma, como os indicadores individuais de desempenho refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição, as compensações financeiras ocorridas, em função do não cumprimento das metas estabelecidas pela ANEEL, devem ser deduzidas da própria receita gerada pela TUSD.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

---

- (ii) Ativo contratual representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que foram reclassificados da rubrica de ativo intangível da concessão para ativo contratual

Conforme ICPC 01 Contratos de Concessão, o concessionário constrói ou melhora, opera e mantém a infraestrutura da concessão para prestação de um serviço público, durante prazo determinado, sendo bifurcados entre:

- Ativos financeiros: corresponde à parcela estimada dos investimentos que não será totalmente amortizada até o final da concessão, em que a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público;
- Ativos intangíveis: representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores à medida que a infraestrutura do serviço público é utilizada ao longo do contrato da concessão.

Desta forma, ao longo da concessão tais ativos são remunerados por meio do WACC regulatório (juros remuneratórios sobre o investimento realizado), que de acordo com o CPC 47, devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção ou de melhoria.

Tendo em vista os fatos supracitados, os ativos contratuais em construção ou de melhoria, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, foram reclassificados da rubrica de ativo intangível da concessão para ativo contratual, pois a Companhia até a conclusão da construção não tem o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, incondicionalmente, pela reversão da infraestrutura do serviço público. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia reclassificou os montantes abaixo:

	31/12/2017		31/12/2017
	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
Intangível	3.416.279	(623.911)	2.792.368
Ativos contratuais	-	623.911	623.911
	<u>3.416.279</u>	<u>-</u>	<u>3.416.279</u>



#### Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

#### Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

#### 2.11. Resultado por ação de capital

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

#### 2.12. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento do Grupo durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais do grupo.

Com relação aos compromissos de arrendamento remanescentes, o grupo espera reconhecer ativos de direito de uso de aproximadamente R\$ 47.165 em 1º de janeiro de 2019, passivos de arrendamento de R\$ 47.165.

A Companhia estima que o lucro líquido após os impostos irá diminuir, aproximadamente, em R\$ 4.068 em 2019, como resultado da adoção das novas regras. Espera-se que o EBITDA ajustado utilizado para mensurar os resultados de segmentos aumente em aproximadamente R\$ 12.992, já que os pagamentos dos arrendamentos operacionais foram incluídos no EBITDA, mas a amortização dos ativos de direito de uso e os juros sobre o passivo de arrendamento são excluídos dessa medida.

Os fluxos de caixa operacionais irão aumentar e os fluxos de caixa de financiamento irão diminuir aproximadamente R\$ 6.134, pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento será classificada como fluxos de caixa de atividades de financiamento.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- ✓ Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- ✓ As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- ✓ Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- ✓ Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor. Não há expectativa que a interpretação impacte as demonstrações financeiras da Companhia.

- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS9)

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam as demonstrações financeiras da Companhia.

- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28)

Não aplicável à Companhia.

- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS19).

As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período base anual, a entidade deve:

- Determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento;
- Determinar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido.

As alterações esclarecem ainda que a entidade deve determinar primeiramente qualquer custo com serviços passados, ou ganho ou perda na liquidação, sem considerar o efeito do asset ceiling. Este valor deve ser reconhecido no resultado. A entidade determina então o efeito do asset ceiling após alteração, redução ou liquidação do plano. Qualquer alteração neste efeito, excluindo os valores incluídos nos juros líquidos, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações ocorridas a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações aplicam-se apenas a alterações, restrições ou liquidações futuras do plano da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- ✓ CPC 15 (R1) - Combinações de negócios;
- ✓ CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto;
- ✓ CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.
  
- IFRS 17 Contratos de Seguros

Não aplicável a Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### 3. Reajuste tarifário anual

Os reajustes tarifários ocorrem anualmente, exceto nos anos em que ocorrem revisões tarifárias periódicas (geralmente a cada 4 anos). O mecanismo de Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas pela concessionária.

Foi aprovada em 13 de março de 2018, através da Resolução Homologatória nº 2.377 em base provisória, a quarta revisão tarifária periódica que gerou um reajuste médio (21,04%) nas tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição, percebido pelos consumidores, sendo o principal efeito, a atualização do preço da tarifa de transmissão de energia das transmissoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei 12.783/12. Adicionalmente, a Parcela B foi atualizada pela inflação acumulada no período (IGP-M).

A revisão das tarifas que passou a vigorar a partir de 15 de março de 2018 dispõe, além do efeito médio a ser percebido pelos consumidores, também fixou as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD e as Energia Elétrica - TE aplicáveis aos consumidores e aos usuários da Companhia; estabeleceu o valor da receita anual referente às instalações de transmissão classificadas como Demais Instalações de Transmissão - DIT - de uso exclusivo; aprovou os valores da previsão anual dos encargos de serviços do sistema - ESS e de energia de reserva - EER; aprovou o valor mensal de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, de modo a custear os descontos retirados da estrutura tarifária; e fixou o componente T do Fator X de 0,00%. Contudo, os valores da Base de Remuneração Regulatória - BRR, considerados no atual processo de revisão da Companhia, estão sendo considerados em caráter provisório até a conclusão da revisão da base com previsão de concluir no primeiro trimestre de 2019.

4. Alterações e atualizações na legislação regulatória

a) Bandeiras tarifárias

Em 2018, vigoraram as bandeiras tarifárias verde nos meses de janeiro a abril e dezembro, amarela em maio e novembro e vermelha, patamar 2, de junho a outubro de 2018. Em 2017, vigoraram as bandeiras tarifárias verde nos meses de janeiro e junho, amarela nos meses de fevereiro, março, julho e setembro e vermelha nos meses de abril, maio, agosto, outubro, novembro e dezembro.

b) Regras especiais no pagamento de compensações aos consumidores pela interrupção no serviço

A Aneel autorizou mediante Despacho nº 458 e 459/2018, que as distribuidoras de energia responsáveis pelo fornecimento no Estado do Rio de Janeiro, terão regras especiais para o cálculo de compensações a serem pagas a consumidores devido a blecautes durante o período que durar a atuação das Forças Armadas para garantir a lei e a ordem na região.

Pelas regras do setor, as distribuidoras precisam pagar compensações aos consumidores quando interrupções no serviço têm duração ou frequência maiores que indicadores definidos pela Aneel.

c) Contrato de CUSD com a Eletronuclear

Em 12 de junho de 2018, a ANEEL aprovou mediante Despacho nº 1.283/2018 a postergação, em mais 30 dias do prazo definido no Despacho nº 4.213/2017, alterado pelos Despachos nº 515 e 947, ambos de 2018, para a assinatura do contrato de Uso dos Sistemas de Distribuição - CUSD referente as conexões da UTN Almirante Álvaro Alberto - Usina de Angra nos setores de 13,8 kV e de 138 kV na Subestação Angra (USI).

Em 12 de julho de 2018, foi assinado contrato de CUSD - CARGA - LIVRE e a Companhia já está faturando a disponibilização do uso do sistema correspondente ao período em curso. O valor correspondente a CUSD de períodos anteriores, foi definido pela Aneel por meio do despacho nº 2741/18.

Em 27 de novembro de 2018, foi homologado pela ANEEL o Despacho nº 2.741, no qual está decide dentre outros assuntos, que : (i) devem ser aplicadas à Eletrobras Eletronuclear as tarifas de autoprodução (APE) homologadas nos processos tarifários da Enel Rio; (ii) a CCEE deve informar à Enel Rio em base mensal a partir de janeiro de 2019, bem como para o período de 19 de abril de 2014 a 31 de dezembro de 2018, a energia medida, em KWh, nos pontos de conexão, que esteja associada ao consumo próprio da Eletronuclear; (iii) o valor do retroativo disposto no item (ii) do Despacho

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

ANEEL nº 4.213, de 2017, é de R\$ 90.832, a preços de novembro de 2018 e líquido de impostos, que deverá ser faturado contra a Eletronuclear no ano de 2019; (iv) quando da homologação da referida receita de venda, o valor do item (iii) será atualizado pelo Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M para preços de dezembro de 2018, conforme índice divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV; (v) o pagamento do retroativo de que trata o item (iv), acrescido de impostos, poderá ser efetuado em 12 parcelas ao longo do ano de 2019 e a partir de janeiro de 2019; (vi) o montante auferido pela Enel Rio referente ao pagamento do retroativo disposto no item (iv) será considerado como componente financeiro negativo no processo tarifário subsequente da distribuidora Enel Rio; e (vii) indeferir o pedido de medida cautelar apresentado pela Eletronuclear.

Em 18 de dezembro, por meio da resolução nº 2509, a Aneel publicou o valor retroativo de que trata o item (iv) do Despacho ANEEL nº 2.741, de 27 de novembro de 2018, de R\$ 90.387 a preços de dezembro de 2018, sem impostos.

Em 20 de dezembro de 2018, a ENEL Rio protocolou junto a ANEEL recurso ao processo no 48500.004842/2018-63 que versa acerca dos critérios de modicidade tarifária nos moldes previsto no PRORET de acordo com as regras do contrato de concessão.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e contas correntes bancárias	71.228	150.665
Total de caixa e contas correntes bancárias	71.228	150.665
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	28.740	26.072
Operações compromissadas	135.568	119.921
Total das aplicações diretas	164.308	145.993
Fundo de investimento não exclusivos		
Fundos de investimentos aberto	18.644	-
Operações compromissadas	12.896	9.257
Total de fundos de investimento não exclusivos	31.540	9.257
Total	267.076	305.915

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

6. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2018	31/12/2017
Fundos de investimentos não exclusivos	65.431	112.673
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	16.346	6.402
LF - Letra Financeira	-	1.016
Total	<u>81.777</u>	<u>120.091</u>

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período.

7. Consumidores e outras contas a receber

	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão Estimada em Crédito para Liquidação Duvidosa	31/12/2018	31/12/2017
<u>Circulante</u>							
Fornecimento faturado	331.605	197.299	760.639	1.289.543	(612.830)	676.713	586.641
Receita não faturada	118.375	-	-	118.375	(4.729)	113.646	107.383
Consumidores baixa renda	7.104	-	-	7.104	-	7.104	6.564
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	-	4.136
Encargo de uso de rede	-	-	90.832	90.832	-	90.832	56.729
Parcelamento de débitos	-	-	91.384	91.384	(67.113)	24.271	77.726
Outros contas a receber - RDS	2.868	6.577	32.122	41.567	(39.684)	1.883	9.804
Contas a receber	<u>128.347</u>	<u>6.577</u>	<u>214.338</u>	<u>349.262</u>	<u>(111.526)</u>	<u>237.736</u>	<u>262.342</u>
Total do circulante	<u>459.952</u>	<u>203.876</u>	<u>974.977</u>	<u>1.638.805</u>	<u>(724.356)</u>	<u>914.449</u>	<u>848.983</u>
<u>Não circulante</u>							
Encargo de uso de rede	-	4.136	-	4.136	-	4.136	18.910
Parcelamento de débitos	-	-	101.206	101.206	(70.749)	30.457	31.230
Total não circulante	<u>-</u>	<u>4.136</u>	<u>101.206</u>	<u>105.342</u>	<u>(70.749)</u>	<u>34.593</u>	<u>50.140</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

A Companhia vende determinadas faturas de energia de clientes massivos, bem como promoveu a partir de dezembro de 2017 a antecipação dos direitos creditórios de fornecimento não faturado, transferindo os riscos e benefícios destes ativos. Essa operação atendeu adequadamente aos critérios de desreconhecimento de ativos.

Em 28.11.2018, a Companhia assinou o “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Compromisso de Subscrição de Quotas Seniores e Outras Avenças”, o qual confere que a Companhia ao exercer o seu direito de rescisão unilateral da transação de cessão de crédito de direitos creditórios, sem direito a regresso, não será devido ao Banco Credit Agricole a taxa de estruturação desta operação.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	PCLD					31/12/2018
	31/12/2017	Adições	Baixas	Reclassificação Outros créditos não energia	Adoção Inicial Contas a receber	
Provisão Estimada para Crédito de liquidação duvidosa	(719.861)	(96.147)	10.966	3.022	6.915	(795.105)
	<u>(719.861)</u>	<u>(96.147)</u>	<u>10.966</u>	<u>3.022</u>	<u>6.915</u>	<u>(795.105)</u>

A provisão esperada em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregando em grandes clientes (alta tensão), clientes corporativos (baixa tensão) e administração pública. Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, considerando um novo modelo de avaliação a fim de apurar as perdas esperadas. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do aging das contas a receber. Na abordagem individual a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resolução Homologatória 1.703/2014	51.742	51.742
Resolução Homologatória 1.861/2015	129.810	129.810
Resolução Homologatória 2.023/2016	94.096	94.096
Resolução Homologatória 2.207/2017	13.601	32.188
Resolução Homologatória 2.377/2018	22.623	-
Parcela de Ajuste	8.590	36.975
Atualização Monetária	1.636	1.636
	<u>322.098</u>	<u>346.447</u>

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

- a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções homologatórias 1.703/2014, 1.861/2015, 2.023/2016, 2.207/2017 e 2.377/2018), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobrás/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08/07/2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 328.062 (R\$ 347.349 em 2017), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

9. Tributos a compensar

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	15.741	-	13.367	-
ICMS	92.474	104.458	60.761	106.406
PIS e COFINS	9.259	-	202.020	-
Outros tributos	28.359	-	27.902	-
Total de tributos a compensar	<u>145.833</u>	<u>104.458</u>	<u>304.050</u>	<u>106.406</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro, o total de crédito de ICMS, está composto basicamente de, R\$ 124.855 referente à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses, R\$ 14.208 aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES e R\$ 27.630 do FEEF (Fundo estadual de equilíbrio fiscal) dos anos de 2016 a 2018, R\$ 22.797 refere-se a um pedido restituição do ICMS sobre consumo próprio, R\$ 3.640 Incentivo cultural e R\$ 3.802 refere-se a compra de energia das Termelétricas dentro do Estado do RJ.

Os valores classificados no ativo circulante de COFINS a compensar em dezembro de 2017, são referentes a ação judicial transitada em julgado em que foi reconhecido o direito à restituição de valores pagos no período de 1992 a 1996.

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo não circulante
Compra de energia	361.945	(69.261)	124.184	(37.996)
Encargo de serviço do sistema - ESS	(85.096)	11.268	(17.612)	(32)
Uso da rede básica	2.492	(993)	734	(111)
Conta de desenvolvimento Energético - CDE	13.673	(5.209)	(49.978)	10.267
Outros	6.552	(2.041)	(319)	150
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A	299.566	(66.236)	57.009	(27.722)
Sobrecontratação de energia	(63.320)	12.272	(64.783)	18.377
Bandeira não faturada	-	-	(13.504)	-
Neutralidade	25.332	47.230	81.002	28.940
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(32.278)	12.845	15.608	12.493
Outros ativos e passivos financeiros setoriais	(70.266)	72.347	18.323	59.810
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais	229.300	6.111	75.332	32.088

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

11. Ativo indenizável (concessão)

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão. Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	2.864.913	2.242.355
Transferências do ativo intangível	379.965	548.122
Marcação a mercado - ativo financeiro	133.617	74.436
Saldo Final	<u>3.378.495</u>	<u>2.864.913</u>

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

12. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, segue demonstrado abaixo a movimentação destes ativos:

	Saldo em 31/12/2017	Depreciação	Adição	Baixa	Transferência	Reclassificação	Saldo em 31/12/2018
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	-	-	-	313	362	675
Máquinas e equipamentos	123.598	-	-	-	3.781	(1.788)	125.591
Móveis e utensílios	26.190	-	-	(135)	5.839	-	31.894
Subtotal	<u>149.788</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(135)</u>	<u>9.933</u>	<u>(1.426)</u>	<u>158.160</u>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	(21)	-	-	-	-	(21)
Máquinas e equipamentos	(84.996)	(6.736)	-	-	-	20	(91.712)
Móveis e utensílios	(17.702)	(1.118)	-	6	-	-	(18.814)
Subtotal	<u>(102.698)</u>	<u>(7.875)</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>20</u>	<u>(110.547)</u>
Total do imobilizado em serviço	47.090	(7.875)	-	(129)	9.933	(1.406)	47.613
<b>Imobilizado em curso</b>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	-	313	-	(313)	-	-
Máquinas e equipamentos	7.597	-	2.814	-	(3.781)	-	6.630
Móveis e utensílios	6.932	-	5.839	-	(5.839)	-	6.932
Subtotal	<u>14.529</u>	<u>-</u>	<u>8.966</u>	<u>-</u>	<u>(9.933)</u>	<u>-</u>	<u>13.562</u>
Total do imobilizado	<u>61.619</u>	<u>(7.875)</u>	<u>8.966</u>	<u>(129)</u>	<u>-</u>	<u>(1.406)</u>	<u>61.175</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Administração	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

### 13. Intangível

	31/12/2018			31/12/2017	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	5.550.643	(2.831.092)	(177.570)	2.541.981	2.672.154
Software	277.266	(148.352)	-	128.914	117.400
Bens de Renda	20.054	(17.659)	-	2.395	2.813
Total	5.847.963	(2.997.103)	(177.570)	2.673.290	2.792.367

	31/12/2018			31/12/2017	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.865.398	(2.300.553)	(133.125)	2.431.720	
Baixas	(205.001)	124.717	-	(80.284)	
Amortização	-	(324.809)	14.188	(310.621)	
Transferência dos ativos contratuais	1.363.880	-	(113.399)	1.250.481	
Transferências para o ativo indenizável	(618.797)	-	70.675	(548.122)	
Reclassificação Bens de Renda	20.059	(16.792)	-	3.267	
Provisão de sobra contábil	217.406	(171.480)	-	45.926	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.642.945	(2.688.917)	(161.661)	2.792.367	
Baixas	(66.162)	42.443	-	(23.719)	
Amortização	-	(350.609)	17.657	(332.952)	
Transferência dos ativos contratuais	636.480	-	(20.327)	616.153	
Transferências para o ativo indenizável	(366.726)	-	(13.239)	(379.965)	
Reclassificação do imobilizado	1.426	(20)	-	1.406	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.847.963	(2.997.103)	(177.570)	2.673.290	

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com as regras definidas pela ANEEL para fins tarifários e de estimativa da indenização dos bens reversíveis à concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao término indo contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está registrado como ativo indenizável nos moldes da Lei nº 12.783.

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57
Estrutura poste	3,57
Transformador de distribuição aéreo	4,00
Medidor eletrônico	7,69
Medidor eletromecânico	4,00
Transformador de força	2,86
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35
Painel	3,57
Estrutura torre	2,70
Software	20,0

#### 14. Ativos Contratuais

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9,21% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	31/12/2018		Saldo inicial em 31/12/2017	
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Curso				
Direito de uso da concessão	705.148	(95.688)	609.460	563.718
Software	68.022	-	68.022	60.194
Total	773.170	(95.688)	677.482	623.912

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

	Em curso		Total
	Custo	Obrigações especiais	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	965.952	(129.056)	836.896
Adições	1.122.095	(78.649)	1.043.446
Transferências	(1.363.880)	113.399	(1.250.481)
Reclassificação do imobilizado	(5.949)	-	(5.949)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	718.218	(94.306)	623.912
Adições	658.608	(21.709)	636.899
Capitalização de juros de empréstimos	32.824	-	32.824
Transferências	(636.480)	20.327	(616.153)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	773.170	(95.688)	677.482

15. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2018	31/12/2017
Suprimento de energia elétrica		
Compra de Energia	389.083	491.648
Encargo de uso da rede	39.429	42.383
Partes relacionadas (vide Nota 20)	27.515	14.010
Materiais e serviços	303.295	352.488
Total	759.322	900.529
Circulante	758.868	900.125
Não circulante	454	404

16. Obrigações fiscais

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social - retidos na fonte	532	2.800
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	53.245	56.226
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	43.944	42.834
Programa de integração social - PIS	9.404	8.856
Imposto sobre serviços - ISS	1.776	3.847
INSS s/ terceiros	6.104	7.407
Outros	4.757	2.767
Total	119.762	124.737

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

17. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2018	31/12/2017	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<b>Empréstimos</b>						
Citibank N.A	-	125.400	06/01/2016	24/12/2018	Bullet	LIBOR + 2,40%
Citibank N.A (II)	376.925	-	28/03/2018	29/03/2021	Bullet	LIBOR + 0,47%
Itaú BBA International PLC	299.146	255.433	05/07/2017	05/07/2021	Bullet	4,21%
Santander Chile	295.048	253.905	07/03/2016	07/03/2019	Bullet	LIBOR + 1,53%
CITIBANK 4131 III	143.984	-	24/12/2018	24/06/2019	Bullet	LIBOR + 0,77%
<b>Empréstimos</b>	<b>1.115.103</b>	<b>634.738</b>				
<b>Financiamentos</b>						
BNDES (Capex 2011)	25.431	35.619	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	8,7%
BNDES (Capex 2011)	-	10.020	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011)	-	9.936	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013)	36.510	44.780	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	3,0%
BNDES (Capex 2012-2013)	36.555	60.551	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	36.568	60.578	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 3,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	1.050	1.566	16/08/2013	15/12/2020	Mensal	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015)	23.164	38.423	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	9,5%
BNDES (Capex 2014-2015)	89.159	113.104	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2014-2015)	110.593	133.131	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	SELIC + 3,18%
BNDES A1- ITAÚ	144.811	109.966	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B1- ITAÚ	81.684	78.285	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C1- ITAÚ	18.770	12.620	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES A2- BRADESCO	92.428	70.359	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B2- BRADESCO	52.278	50.105	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C2- BRADESCO	12.013	8.078	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES A3- SANTANDER	66.433	50.563	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B3- SANTANDER	37.575	36.345	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C3- SANTANDER	8.634	5.822	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
<b>Financiamentos</b>	<b>873.656</b>	<b>929.851</b>				
<b>Partes relacionadas</b>						
Enel Brasil (vide nota 20)	914.662	936.119	29/12/2015	10/12/2019	Variável	CDI + 1,65% a 2,75%
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF (Vide nota 20)	108.791	-	09/02/2018	31/07/2018	Variável	CDI + 2,75% aa
<b>Empréstimos com partes relacionadas</b>	<b>1.023.453</b>	<b>936.119</b>				
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>	<b>3.012.212</b>	<b>2.500.708</b>				
Resultado das operações de Swap	(98.833)	46.972				
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>	<b>2.913.379</b>	<b>2.547.680</b>				
Circulante	1.761.231	1.090.025				
Não circulante	1.250.981	1.410.683				

Segue movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	956.998	908.972	133.027	501.711	2.500.708
Captações	139.905	100.659	-	320.000	560.564
Variação monetária e cambial	-	53.897	64.410	99.019	217.326
Juros incorporados ao principal	(14.042)	-	-	-	(14.042)
Encargos provisionados	128.075	-	41.108	-	169.183
Transferências	482.363	(482.363)	252.365	(252.365)	-
Amortizações	(319.899)	-	-	-	(319.899)
Encargos pagos	(57.456)	-	(40.102)	-	(97.558)
Ajuste a valor de mercado	-	-	(5.521)	1.451	(4.070)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.315.944</b>	<b>581.165</b>	<b>445.287</b>	<b>669.816</b>	<b>3.012.212</b>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

Abaixo seguem as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor contratado	Desembolsado	Garantias
<u>Empréstimos</u>				
Citibank N.A	Capital de Giro	150.000	100%	-
Citibank N.A (II)	Capital de Giro	320.000	100%	Enel Brasil
Santander Chile	Capital de Giro	277.718	100%	Fiança
Itaú BBA International PLC	Capital de Giro	250.000	100%	Enel Brasil
Citibank N.A (III)	Capital de Giro	143.580	100%	Enel Brasil
<u>Financiamentos</u>				
BNDES Capex 2011	Financiamento do CAPEX 2010/2011	331.397	97%	Recebíveis
BNDES Capex 2012-2013	Financiamento do CAPEX 2012/2013	450.171	79%	Recebíveis
BNDES Capex 2014-2015	Financiamento do CAPEX 2014/2015	476.613	72%	Recebíveis
BNDES A1- ITAU	Financiamento do CAPEX 2016/2017	127.265	100%	Recebíveis
BNDES B1- ITAU	Financiamento do CAPEX 2016/2017	91.605	100%	Recebíveis
BNDES C1- ITAU	Financiamento do CAPEX 2016/2017	25.870	82%	Recebíveis
BNDES A2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX 2016/2017	81.449	100%	Recebíveis
BNDES B2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX 2016/2017	58.627	100%	Recebíveis
BNDES C2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX 2016/2017	16.557	82%	Recebíveis
BNDES A3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX 2016/2017	58.542	100%	Recebíveis
BNDES B3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX 2016/2017	42.138	100%	Recebíveis
BNDES C3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX 2016/2017	11.900	82%	Recebíveis
<u>Partes relacionadas</u>				
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	175.703	100%	-
Enel Brasil	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	632.791	100%	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	100.588	100%	-

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, empréstimo com Citibank N.A e Itaú BBA Internacional PLC, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018.

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos índices
BNDES 2011 e 2017	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
BNDES 2011 e 2017	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral
BNDES 2012 e 2014	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2014	Endividamento Financeiro Líquido/ (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50	Trimestral
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + PL) (máximo)	0,60	Trimestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral

Contratos BNDES 2012 e 2014:

- Endividamento Financeiro Líquido é o Endividamento bancário de curto prazo mais Endividamento Bancário Longo Prazo menos o Disponível e Aplicações Financeiras (caixa e equivalente e títulos e valores mobiliários);
- LAJIDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização.

Contratos BNDES 2011 e BNDES 2016/2017, Citibank N.A e Itaú BBA

- Endividamento financeiro líquido e Dívida Financeira Líquida consideram o endividamento total, excluindo a dívida com parte relacionada (mútuos subordinados);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

- EBITDA / LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31/12/2018			
2020	2021	Após 2021	Total não Circulante
242.616	879.645	128.720	1.250.981

## 18. Debêntures

	31/12/2018	31/12/2017	Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
				Inicial	Final			
1ª série - 9ª emissão	601.511	601.630	11/12/2017	15/12/2017	15/12/2020	114% CDI	Bullet	600.000
(-) Custo a amortizar	(2.074)	(3.108)						
Total sem efeito de swap	599.437	598.522						
Resultado das operações de swap	-	-						
Total de debêntures	599.437	598.522						
Circulante	1.511	1.630						
Não circulante	597.926	596.892						
	599.437	598.522						

Em 31 de dezembro de 2018 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Abaixo segue disposta a movimentação das debêntures no período:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2017	1.630	596.892	598.522
Encargos provisionados	42.594	-	42.594
Encargos pagos	(42.713)	-	(42.713)
Apropriação custo de transação	-	1.034	1.034
Em 31 de dezembro de 2018	1.511	597.926	599.437

Em 26 de dezembro de 2017 encerrou-se a distribuição pública da 6ª, 7ª e 8ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Em 15 de dezembro de 2017 se realizou a 9ª emissão de debêntures em série única com recursos captados no montante de R\$ 600 milhões, exclusivamente para implementação do programa de investimentos da Companhia.

A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2018.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

Obrigações especiais financeiras	Limites 9ª Emissão
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	3,50

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados);
- EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos.

Curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante sem os efeitos do swap:

	2020	Total
1ª série - 9ª emissão	600.000	600.000
(-) Custo de transação	(2.074)	(2.074)
Total a amortizar	597.926	597.926

## 19. Taxas Regulamentares

	31/12/2018	31/12/2017
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 9)	328.062	347.349
Programas de P&D e PEE	108.570	91.484
Outros	1.643	1.449
Total	438.275	440.282
Circulante	375.897	369.210
Não Circulante	62.378	71.072

### (a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

- (b) Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia de aplicar 1% da receita operacional líquida regulatória em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME). A partir de 03 de maio de 2016, por meio da lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao Programa de Eficiência Energética será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). A atualização das parcelas referentes a PEE e P&D é efetuada mensalmente pela taxa de juros da SELIC.

Os valores apresentados no Passivo não circulante, são exclusivamente programa de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética.

- (c) Conta centralizadora de recursos de bandeira tarifária

A partir de 2015, os custos variáveis da energia do mercado regulado passaram a ser cobertos pelos adicionais das Bandeiras Tarifárias, que têm como objetivo sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica. Nesse sentido, o Decreto nº 8.401, de 5 fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com o objetivo de administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias.

As faixas de acionamento e os valores para as bandeiras tarifárias foram estabelecidos pela Aneel por meio da Resolução Homologatória nº 1.859/15, de 3 de março de 2015. As bandeiras são divididas em verde, quando há condições favoráveis para a geração de energia e não há necessidade de cobrança adicional; amarela, quando as condições tornam-se menos favoráveis e a tarifa passa a sofrer um acréscimo a cada quilowatt-hora (kWh) consumido; e vermelha, quando a produção de energia é mais custosa e a tarifa sofre um acréscimo maior.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

20. Partes relacionadas

Natureza da Operação	31/12/2018				31/12/2017			
	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante	Receita (despesa)
Fundo de pensão (a)	-	-	429.975	(35.217)	-	-	492.442	(48.219)
Enel Cien S.A. (b)	-	491	-	(4.258)	-	582	-	(3.641)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (c)	-	-	-	-	-	473	-	(2.941)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (c)	-	244	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (c)	-	-	-	473	-	-	-	-
Enel X Brasil S.A. (d)	81	905	-	(1.790)	147	3.185	-	(9.265)
Enel Brasil (e)	-	914.662	-	(80.822)	1.202	757.334	178.785	(191.527)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF (f)	-	108.791	-	(8.202)	-	-	-	-
Enel Green Power (g)	-	97	-	(1.121)	-	96	-	(1.224)
Enel Distribuição (h)	-	3.254	-	-	-	3.110	-	-
Enel Itália (h)	-	5.060	-	-	-	6.564	-	(2.119)
Enel Brasil S.A. (i)	-	38.059	-	-	-	21.758	-	-
Enel América S.A. (i)	-	24.479	-	(3.252)	-	24.479	-	-
Enel Green Power Projetos I S.A. (j)	-	612	-	(7.925)	-	-	-	-
Enel Green Power Projetos I S.A. (j)	-	3	-	-	-	-	-	-
Enel Brasil S.A. (k)	339	15.324	-	(10.411)	-	-	-	-
Enel SPA(m)	109	-	-	107	-	-	-	-
Enel Iberoamérica	-	-	-	-	-	-	-	(37)
Celg Distribuição S.A. (n)	-	1.045	-	-	-	-	-	-
ENDESA S.A. (o)	-	161	-	-	-	-	-	-
Companhia Energética do Ceará - COELCE (p)	406	697	-	-	-	-	-	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF (q)	26	377	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power (r)	-	445	-	-	-	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	961	1.114.706	429.975	(152.418)	1.349	817.581	671.227	(258.973)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasetros	-	-	(429.975)	(35.217)	-	-	(492.442)	(48.219)
Total	961	1.114.706	-	(187.635)	1.349	817.581	178.785	(307.192)

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS: A Companhia realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como "Benefício Definido" e "Contribuição Definida";
- Enel Cien S.A. Despesas com a Rede Básica no período, que tem seus contratos homologados pela ANEEL mediante despacho;
- Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.: (Compra de Energia) os saldos contábeis refletem as operações de compra de energia por parte da Companhia oriundos de leilão CCEAR 15º LEE 2015 ou MCS D 15º LEE 2015. A partir desta data, a movimentação contábil decorre dos efeitos da compensação financeira, celebrada nos moldes da Resolução Normativa nº 711/2016 da Aneel, correspondente a rescisão bilateral do contrato de comercialização de energia elétrica; (Serviços) Reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório, nos termos do artigo 12 da resolução ANEEL nº 699/2016.
- Enel X Brasil S.A. decorre de contratos por meio dos quais a Companhia arrecada e repassa à Enel X Brasil valores cobrados aos seus clientes por meio de serviços que são prestados pela Companhia. Os passivos correspondem, substancialmente, a serviços de fiscalização de obra;
- Enel Brasil: mútuos contratados em 2017 e 2018 devido à necessidade de capital de giro da Companhia (Vide Nota 17);
- Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF: mútuo contratado em fevereiro de 2018 devido à necessidade de capital de giro da Companhia.

- g) Enel Green Power: decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL, com Enel Green Power Pedra do Gerônimo e Enel Green Power Mourão;
- h) Enel Italia, Enel Distribuzione SPA : tem como objeto das operações a manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM encerrando o período de 31 de dezembro de 2018 com um passivo em aberto de R\$ 8.314;
- i) Enel Brasil S.A e Enel Américas S.A.: decorre dos dividendos a pagar, os valores R\$ 38.059 e R\$ 24.479 respectivamente, a diferença para o saldo a pagar de dividendos no passivo circulante de R\$ 167 em 2018 (R\$ 278 em dezembro de 2017), é referente aos dividendos a pagar para terceiros de períodos anteriores (2014 a 2017);
- j) Enel Green Power Projetos I S.A.: os saldos se referem exclusivamente às operações referentes à compra de energia por parte da Companhia, oriundos de leilão CCEAR 15° LEE 2015 ou MCSD 15° LEE 2015;
- k) Enel Brasil S.A.: decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 547, DE 12 de março de 2018;
- l) Enel Américas S.A.: decorre da remuneração devida pela Ampla à Enel Américas, por esta ser garantidora do contrato modalidade Resolução 4131 da Ampla com o Banco Santander Chile;
- m) Enel S.P.A.: decorre de compartilhamento de recurso especializado para gerenciamento e apoio operacional;
- n) Celg Distribuição S.A.: - Reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório, nos termos do artigo 12 da resolução ANEEL nº 699/2016. Reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 547, DE 12 de março de 2018;
- o) ENDESA S.A.: Reembolso de gastos com despesas de viagens de pessoal para realização de projetos;
- p) Companhia Energética do Ceara - COELCE: Reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório, nos termos do artigo 12 da resolução ANEEL nº 699/2016. Reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 547, de 12 de março de 2018;
- q) Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF: Reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório, nos termos do artigo 12 da resolução ANEEL nº 699/2016. Reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 547, de 12 de março de 2018;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

- r) Enel Green Power: Reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório, nos termos do artigo 12 da resolução ANEEL nº 699/2016. Reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 547, de 12 de março de 2018

Segue detalhe abaixo dos mútuos que foram referenciados nas letras (e) e (f):

	31/12/2018			31/12/2017		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas						
Enel Brasil Mútuo Subordinado	-	182.723	-	-	-	168.929
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	99.148	632.791	-	39.370	717.964	9.856
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF Mútuo Não Subordinado	8.203	100.588	-	-	-	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	<u>107.351</u>	<u>916.102</u>	<u>-</u>	<u>39.370</u>	<u>717.964</u>	<u>178.785</u>
	31/12/2018	31/12/2017				
Encargos de empréstimos com partes-relacionadas						
Enel Brasil Mútuo Subordinado	13.793	131.109				
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	66.034	57.614				
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF Mútuo Não Subordinado	8.202	-				
Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada	<u>88.029</u>	<u>188.723</u>				

### Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia em 31 de dezembro de 2018 segue abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	1.270	1.712
Benefícios pós-emprego	167	213
Outros benefícios de longo prazo	354	305
Salários e encargos	3.117	3.912
Total	<u>4.908</u>	<u>6.142</u>

## 21. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

As principais características dos planos administrados pela Companhia seguem relacionadas:

### a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparados pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

- Patrocinadora - contribui com 3,02% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 206 para cobertura das despesas administrativas;
- Participantes ativos - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário;
- Participantes assistidos - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31 de dezembro de 2018, o valor atualizado desse compromisso é de R\$ 123.128, de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.



b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

- Patrocinadora - contribuição média de 6,40% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,88% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,52% destinados à cobertura das despesas administrativas.
- Participantes ativos - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,10% da folha de salários dos participantes ativos.

A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela a Companhia com o PACV totaliza a quantia de R\$ 76.163, de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

Avaliação atuarial

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 429.975 (R\$ 492.442 em 31 de dezembro de 2017), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

Análise da obrigação atuarial

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação e do valor justo dos ativos dos planos

	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	1.262.343	1.189.407	Valor justo dos ativos do plano no início do período	866.404	771.966
Custo dos serviços correntes	1.806	2.321	Retorno esperado dos ativos do plano	82.813	92.061
Custos dos juros	116.224	137.959	contribuições recebidas de participantes do plano	27	27
Contribuição de participantes do plano	27	27	Contribuições do empregador	75.237	76.393
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	75.563	38.101	Benefícios pagos pelo plano	(115.585)	(105.472)
Benefícios pagos pelo plano	(115.585)	(105.472)	Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	25.070	31.428
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	<u>1.340.378</u>	<u>1.262.343</u>	Valor justo dos ativos do plano ao final do período	<u>933.966</u>	<u>866.403</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.340.378	1.262.343
Valor justo dos ativos	<u>(933.966)</u>	<u>(866.403)</u>
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos (Ativo) passivo atuarial líquido	406.412	395.940
Efeito do reconhecimento de dívidas contratadas (Ativo) passivo atuarial líquido apurado	<u>23.563</u>	<u>96.502</u>
	<u>429.975</u>	<u>492.442</u>

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custo do serviço corrente bruto	1.833	2.348
Contribuições de participante	<u>(27)</u>	<u>(27)</u>
Custo do serviço líquido	<u>1.806</u>	<u>2.321</u>
Juros sobre a obrigação atuarial	116.224	137.959
Rendimento esperado dos ativos no ano	<u>(82.813)</u>	<u>(92.061)</u>
Juros líquidos sobre o passivo	<u>33.411</u>	<u>45.898</u>
Total reconhecido na DRE	<u>35.217</u>	<u>48.219</u>

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Renda fixa	633.640	648.032
Renda variável	90.092	72.243
Investimentos imobiliários	116.550	108.779
Outros	<u>93.684</u>	<u>37.350</u>
Total do valor justo dos ativos do plano	<u>933.966</u>	<u>866.404</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

Retorno real dos ativos dos planos

	31/12/2018	31/12/2017
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	75.563	38.101
(Ganho)/Perda sobre os ativos	(25.070)	(31.428)
Variação no ajuste para reconhecimento de dívida	(72.940)	20.610
Montante reconhecido no período em ORA	<u>(22.447)</u>	<u>27.283</u>

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Principais Premissas Atuariais	PCA	PACV	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	8,94%	8,99%	8,63%	8,42%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	8,94%	8,99%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média

22. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2017					31/12/2018
	Saldo Acumulado	Adições	Reversões	Atualização	Liquidação	Saldo Acumulado
Trabalhistas (a)	285.147	89.777	(78.166)	23.513	(36.944)	283.327
Cíveis (b)	319.324	126.805	(107.781)	38.202	(92.914)	283.636
Fiscais (c)	34.717	482	(2.046)	2.181	(4.523)	30.811
Regulatório (d)	25.916	4.603	(174)	573	(26.488)	4.430
Total das provisões	<u>665.104</u>	<u>221.667</u>	<u>(188.167)</u>	<u>64.469</u>	<u>(160.869)</u>	<u>602.204</u>

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 13.846 (R\$13.523 em 31 de dezembro de 2017).

Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Provisões equivalentes a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 6.136, valor total do auto de R\$ 15.340, (R\$ 6.042 e R\$ 13.791 em 31 de dezembro de 2017, respectivamente) e de R\$ 536, valor total do auto R\$ 2.678 (R\$523 e R\$2.614 em 31 de dezembro de 2017, respectivamente).

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Em março de 2018 tivemos uma reversão de R\$ 20.327 referente ao Auto de Infração SFE-AT-0101-14-A fiscalização qualidade técnica 2013 para a conta de obrigações especiais uma vez que para este AI assinamos um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a Aneel onde está previsto tal movimentação e o pagamento do Auto de infração SFF-AI-0060-16-R - Fiscalização da Base de Ativos com valor principal de R\$ 5.679 mais Selic de R\$ 572 totalizando R\$ 6.251 conforme despacho Aneel SFF-DSP-0576-17-R.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui, basicamente, ações de natureza trabalhista, cível e fiscal, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas possíveis estão assim representadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	295.839	562.658
Cíveis	1.059.926	1.065.401
Fiscais	1.816.598	1.792.838
Juizados especiais	146.593	121.878
	<u>3.318.956</u>	<u>3.542.775</u>

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

No âmbito cível, refere-se à responsabilidade solidária com prestadores de serviços e danos materiais e morais, além disso, engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

e) Imposto de Renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.271.519 (R\$ 1.241.027 em 31 de dezembro 2017).

COFINS

Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 166.068 (R\$ 162.483 em 31 de dezembro de 2017).

#### Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 222.159 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 209.553 em 31 de dezembro de 2017), e tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; e (iv) comparação entre informes gerenciais e livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; e (v) quebra de diferimento de isentos.

A Companhia discutia com o Estado do Rio de Janeiro a cobrança de multa formal decorrente de suposta inexatidão no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN"), no valor em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 31.131 (R\$ 29.891 em 31 de dezembro de 2017). Neste último trimestre, o processo administrativo foi finalizado em favor da Companhia, não havendo mais contingência a reportar para este caso.

A Companhia discute ainda com o Estado do Rio de Janeiro a cobrança ICMS, originados da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 48.445 (R\$ 45.971 em 31 de dezembro de 2017).

#### Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, temas referentes à Taxa de Uso de Solo e com o Município de Niterói referente à Taxa de empachamento, juntos somam o valor de R\$ 38.709 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 37.801 em 31 de dezembro de 2017). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, no montante de R\$ 12.112 e 2.243, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 11.840 e R\$ 2.167 em 31 de dezembro de 2017, respectivamente).

A companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 39.399 (R\$ 37.594 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2018 de R\$ 15.944 (R\$ 14.510 em 31 de dezembro de 2017)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	160.002	187.393
Cíveis	54.013	47.900
Fiscais	556	1.217
Total	<u>214.571</u>	<u>236.510</u>

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Está composto de ações sem valor nominal e assim distribuído:

Acionista	31/12/2018		Milhares R\$
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	
Enel Brasil S.A.	166.191.392	99,73	2.491.589
Outros	442.934	0,27	6.641
Total de ações em circulação	<u>166.634.326</u>	<u>100,00</u>	<u>2.498.230</u>

Em reunião do Conselho de Administração da acionista Enel Brasil S.A ocorrida em 23 de novembro de 2017 foi aprovado, dentro do limite do capital autorizado da referida Companhia, aumento de capital social. Em decorrência do referido aumento de capital foram emitidas novas ações, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela Enel Américas S.A. Parte do aumento aqui tratado foi integralizado mediante contribuição e transferência para a Enel Brasil S.A de 51.728.877 ações ordinárias de emissão da Ampla Energia e Serviços S.A, as quais foram devidamente avaliadas, conforme laudos de avaliação elaborados pelo BBVA Brasil Banco de Investimento S.A., na forma do artigo 8º da Lei nº 6.404/76.

As ações de emissão da Ampla transferidas à Enel Brasil S.A como parte da integralização do aumento de capital social mencionado acima representam a totalidade das ações que a Enel Américas S.A detinha na Ampla, de modo que a Enel Américas S.A, com a referida integralização, ocorrida em 23 de novembro de 2017, deixou de ser acionista da Ampla, tendo todas as suas ações passado para a titularidade da Enel Brasil S.A, que passou a deter 97.707.384 ações de emissão da Ampla.



Além disso, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$1.200.000.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais), mediante a emissão de 68.571.429 novas ações ordinárias. O referido aumento foi integralmente subscrito e integralizado pela acionista Enel Brasil S.A, mediante a capitalização de créditos detidos por ela em face da Companhia, no mesmo montante do aumento de capital aprovado.

b) Capital Social Autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), até o limite de R\$ 2.298.230.386,65 (dois bilhões, duzentos e noventa e oito milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social, tal reserva será constituída ao final do exercício caso a companhia permaneça com o resultado positivo.

d) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

e) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) do exercício	171.246	(102.977)
(-) Reserva legal	(8.562)	-
Prejuízo ajustado	162.684	(102.977)
Dividendo mínimo obrigatório	40.671	-
	122.013	(102.977)
(+) Impacto inicial do IFRS 9	4.564	-
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	14.815	(18.007)
Valor transferidos ou (absorvidos) para a reserva de reforço de capital de giro	141.392	(120.984)

f) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

24. Lucro ou prejuízo por ação

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro/(prejuízo) líquido no período	171.246	(102.977)
Número de ações (por lote de mil)	166.634	166.634
Lucro/(prejuízo) por ação - básico e diluído (reais por ação)	1,02768	(0,61798)

Não há diferença significativa entre o lucro (prejuízo) por ação básico e o cálculo de lucro/prejuízo por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

25. Receita Líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecimento faturado	6.694.827	6.011.674
Fornecimento não faturado	255.028	223.080
Consumidores	6.949.855	6.234.754
Suprimento de energia elétrica	79.892	72.508
Baixa renda	41.461	35.817
Subvenção CDE - desconto tarifário	185.084	182.936
Disponibilidade da rede elétrica	595.346	484.887
Receita de construção	669.723	1.043.446
Ativos e passivos financeiros setoriais	171.317	242.827
Outras receitas	251.296	80.437
Receita operacional bruta	<b>8.943.974</b>	<b>8.377.612</b>
(-) Deduções da receita		
ICMS	(1.946.365)	(1.732.793)
PIS	(137.588)	(130.251)
COFINS	(633.737)	(512.159)
ISS	(3.681)	(3.382)
Encargo setorial CDE	(747.874)	(612.817)
P&D e eficiência energética	(47.039)	(42.254)
Ressarcimento P&D (a)	40.818	-
Taxa de fiscalização	(7.619)	(5.676)
Total de deduções de receita	<b>(3.483.085)</b>	<b>(3.039.332)</b>
Total	<b>5.460.889</b>	<b>5.338.280</b>

(a) Em março de 2018, a Companhia recebeu crédito bancário de R\$ 40.818 correspondente ao ressarcimento de P&D oriundo do ressarcimento do adicional de 0,3% sobre a Receita Operacional Líquida, instituído pela Lei 12.111/2009.

26. Receitas (Custos/Despesas) operacionais

Descrição	31/12/2018					31/12/2017				
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outros	Total	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outros	Total
Pessoal	(91.929)	-	(52.557)	-	(144.486)	(84.072)	-	(56.534)	-	(140.606)
Material	(17.220)	-	(2.943)	-	(20.163)	(11.209)	-	(2.078)	-	(13.287)
Serviços de terceiros	(354.590)	(12.797)	(59.343)	-	(426.730)	(378.321)	(6.443)	(50.773)	-	(435.537)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.570.202)	-	-	-	(2.570.202)	(2.483.259)	-	-	-	(2.483.259)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(514.309)	-	-	-	(514.309)	(380.621)	-	-	-	(380.621)
Encargos de serviços do sistema	(12.693)	-	-	-	(12.693)	(19.515)	-	-	-	(19.515)
Ressarcimento de encargos serviço do sistema	52.344	-	-	-	52.344	88.754	-	-	-	88.754
Custos na desativação de bens	(41.468)	-	-	-	(41.468)	(52.915)	-	-	-	(52.915)
Depreciação e amortização	(293.804)	-	(20.913)	-	(314.717)	(275.090)	-	(19.531)	-	(294.621)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(98.634)	-	-	(98.634)	-	(131.431)	-	-	(131.431)
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas	-	-	(39.175)	-	(39.175)	-	-	(37.820)	-	(37.820)
Custo de construção	(669.723)	-	-	-	(669.723)	(1.043.446)	-	-	-	(1,043,446)
Indenizações DIC / FIC	-	-	-	-	-	(53.692)	-	-	-	(53,692)
Perda de recebíveis de clientes	-	(37.810)	-	-	(37,810)	-	(2,871)	-	-	(2,871)
Outros custos operacionais	(19.294)	-	(44,090)	-	(63,384)	(18,452)	-	(45,517)	-	(63,969)
Receita de multa por impropriedade de clientes	-	-	-	53,791	53,791	-	-	-	50,059	50,059
Outras receitas operacionais	-	-	-	7,983	7,983	-	-	-	19,058	19,058
Total	(4.532.888)	(149.241)	(219.021)	61.774	(4.839.376)	(4.711.838)	(140.745)	(212.253)	69.117	(4.995.719)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

A energia elétrica comprada para revenda foi impactada pelo aumento de 10,08% no custo médio de compra em relação ao mesmo período do ano anterior. Na linha de encargos de uso do sistema de transmissão houve tivemos um aumento nos contratos em especial nas transações com as empresas do grupo que entraram em operação e também o próprio aumento do custo devido condições de mercado, tais condições que foram determinantes para o impacto na linha de encargo de serviço de sistema.

27. Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	11.253	14.782
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	28.637	29.468
Variações monetária cambial	13.369	23.477
Receita financeira de ativo indenizável	133.617	74.436
Atualização credito de Cofins	1.302	148.060
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	754.009	123.770
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	8.628	-
Outras receitas financeiras	610	15.519
Total da receita financeira	<u>951.425</u>	<u>429.512</u>
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(190.256)	(266.955)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(64.469)	(121.968)
Encargo de fundo de pensão	(33.411)	(45.898)
Variações monetárias debêntures	-	(12.943)
Juros debêntures	(42.594)	(64.191)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(789.877)	(178.038)
IOF	(9.750)	(19.177)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	-	(31.907)
Encargos com venda de recebíveis	(102.284)	(121.000)
Outras despesas financeiras	(70.741)	(58.070)
Total da despesa financeira	<u>(1.303.382)</u>	<u>(920.147)</u>
Resultado financeiro	<u>(351.957)</u>	<u>(490.635)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

28. Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	269.556	269.556	(148.074)	(148.074)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	(67.365)	(24.260)	37.019	13.327
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(4.759)	(1.842)	(3.787)	(1.462)
Incentivos fiscais e outros	(84)	-	-	-
Total de Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(72.208)</u>	<u>(26.102)</u>	<u>33.232</u>	<u>11.865</u>

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20 / mês.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IR e CS sobre diferenças temporárias	436.777	484.980	(50.555)	70.405
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	92.222	98.864	(6.642)	(3.710)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	204.749	226.136	(21.387)	20.876
Provisão para perdas de estoque	3.574	30	3.544	(33)
Provisão ganho/perda instrumento financeiro derivativo	(21.004)	20.379	(41.383)	(4.565)
Prejuízo fiscal	131.629	139.262	(7.633)	55.311
IFRS 9	18.653	-	18.653	-
Outras	6.954	2.661	4.293	2.526
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(289.453)	(244.024)	(45.429)	(25.308)
IFRIC 12	(289.453)	(244.024)	(45.429)	(25.308)
Efeito no resultado do período	147.324	240.956	(95.984)	45.097
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	175.014	179.139	(4.125)	5.100
Plano de Pensão	175.919	183.551	(7.632)	9.276
Swap	1.446	(4.412)	5.858	(4.176)
IFRS 9	(2.351)	-	(2.351)	-
Total	<u>322.338</u>	<u>420.095</u>	<u>(100.109)</u>	<u>50.197</u>

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do ano, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

Segue expectativa de realização:

Ano de realização	31/12/2018	31/12/2017
2019	70.437	137.977
2020	85.889	54.715
2021	66.031	56.413
2022	71.337	95.824
2023 a 2025	129.771	95.824
2026 a 2028	191.159	227.778
Total	614.624	668.531

## 29. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

### Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

### Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

a) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	267.076	305.915
Títulos e valores mobiliários	81.777	120.091
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	112.130	6.966
Consumidores e outras contas a receber	949.042	813.540
Ativo financeiro setorial	229.300	75.332
Ativo indenizável (concessão)	<u>3.378.495</u>	<u>2.864.913</u>
	5.017.820	4.186.757

Em 31 de dezembro de 2018, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agencia Standard & Poor's (escala nacional):

<u>Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
AA-	-	271.710
AAA	177.090	-
A+	-	2.401
AA+	89.349	78.463
Banco Central do Brasil	43.633	36.330
Numerário em trânsito	38.100	36.224
Não avaliado	681	878
<u>Total Geral</u>	<u>348.853</u>	<u>426.006</u>
<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
AA-	98.833	(46.972)
<u>Total Geral</u>	<u>98.833</u>	<u>(46.972)</u>

No caso dos créditos com Consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e conseqüentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de swap (Dólar para Real e Libor para CDI/Spread para CDI).

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são swaps de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivos em Moeda Estrangeira		
Empréstimos e Financiamento	1.115.103	634.738
Exposição Patrimonial	<u>1.115.103</u>	<u>634.738</u>
Instrumentos Financeiros Notional	(1.025.023)	(636.120)
Exposição Cambial Total	<u>90.080</u>	<u>(1.382)</u>

d) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 83% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, SELIC, TJLP, IPCA e Libor), sendo que 11% eram atreladas a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com recursos BNDES. Com finalidade de evitar riscos com variações cambiais, para as dívidas atreladas ao dólar (31,74% do total), a Companhia realizou operações de hedge por meio de contrato de swap, trocando taxa e variação cambial por CDI+spread. Além disso, com a baixa do CDI no início do período, a companhia realizou operações de hedge de curto prazo fixando algumas operações atreladas ao indexador (59% do total, sendo 14,25% objeto de hedge), de forma a garantir um custo fixo, sem estar exposto a possíveis variações do mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações de resultados. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou um resultado negativo não realizado na operação de swap no montante de R\$ 98.833 (resultado negativo no montante de R\$ 46.972 em 31 de dezembro 2017), e possui reconhecido o saldo das perdas com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 17.229 (saldo positivo no montante de R\$ 12.281 em 31 em de dezembro 2017).

Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Selic	16.346	6%	6.402	2%
CDI	248.383	89%	259.681	94%
Pré-Fixado	12.896	5%	9.258	3%
<b>Total</b>	<b>277.625</b>	<b>100%</b>	<b>275.341</b>	<b>100%</b>
Ativo indenizável (concessão)	31/12/2018	%	31/12/2017	%
IPCA	3.378.495	100%	2.864.913	100%
<b>Total</b>	<b>3.378.495</b>	<b>100%</b>	<b>2.864.913</b>	<b>100%</b>
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Taxa Fixa	586.548	17%	537.641	17%
TJLP	374.288	11%	447.010	14%
Selic	110.593	3%	133.131	4%
CDI	2.087.341	59%	1.789.802	57%
IPCA	303.671	9%	230.888	7%
Libor	50.375	1%	7.730	0%
<b>Total</b>	<b>3.512.816</b>	<b>100%</b>	<b>3.146.202</b>	<b>100%</b>

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis para a Ampla por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 200.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel até 10 de dezembro de 2019 no valor de até R\$ 2.200.000, dos quais, em 31 de dezembro de 2018, estavam disponíveis o montante de R\$ 1.364.501.

Em 11 de dezembro de 2018, por meio do Despacho Nº 2.979, a Aneel emitiu anuência prévia para a Companhia celebrar com seus controladores novos contratos de mútuos por um valor de até R\$ 1.700.000 mil pelo prazo de até quatro anos. Das dívidas classificadas no curto prazo, o montante de R\$ 914.662 mil refere-se a crédito com a Controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 17 e 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

O índice de endividamento no período findo em 31 de dezembro de 2018 é de 47% e em 31 de dezembro de 2017 de 44%.

As tabelas a seguir apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2018					
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	8.532	4.670	26.844	387.479	427.525
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	17.443	337.466	420.149	978.109	1.753.167
Debêntures	(86)	(173)	42.586	645.196	687.524
Empréstimos com Parte Relacionada	-	-	1.098.146	-	1.098.146
	<u>25.889</u>	<u>341.963</u>	<u>1.587.725</u>	<u>2.010.784</u>	<u>3.966.362</u>
31 de dezembro de 2017					
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	8.180	5.365	29.200	393.055	435.800
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	15.853	41.870	284.860	1.031.954	1.374.537
Debêntures	-	-	44.792	702.466	747.258
Empréstimos com Parte Relacionada	63.132	695.473	10.755	193.611	962.971
	<u>87.165</u>	<u>742.708</u>	<u>369.607</u>	<u>2.321.086</u>	<u>3.520.566</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2018					
"Swaps"	3.065	(7.081)	(12.048)	(73.397)	(89.461)
	<u>3.065</u>	<u>(7.081)</u>	<u>(12.048)</u>	<u>(73.397)</u>	<u>(89.461)</u>
31 de dezembro de 2017					
"Swaps"	6.356	7.334	40.605	69.441	123.736
	<u>6.356</u>	<u>7.334</u>	<u>40.605</u>	<u>69.441</u>	<u>123.736</u>

### Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	31/12/2018		31/12/2017		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	267.076	267.076	305.915	305.915
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	81.777	81.777	120.091	120.091
Consumidores	Custo Amortizado	2	938.983	938.983	813.540	813.540
Consumidores - serviços prestados	Custo Amortizado	2	2	2	85.585	85.585
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Valor justo por meio de resultado	2	112.130	112.130	6.966	6.966
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	Custo Amortizado	2	961	961	1.202	1.202
Ativos financeiros setoriais	Custo Amortizado	2	229.300	229.300	75.332	75.332
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	3.378.495	3.378.495	2.864.913	2.864.913
<b>Passivo</b>						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	1.897.109	1.919.783	1.865.971	1.860.676
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	599.437	601.511	598.522	601.630
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Valor justo por meio de resultado	2	1.115.103	1.093.045	634.737	634.737
Passivos financeiros setoriais	Outros passivos financeiros	2	6.111	6.111	32.088	32.088
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Valor justo por meio de resultado	2	13.297	13.297	53.938	53.938
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	759.322	759.322	900.529	900.529

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

### Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

### Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de dezembro de 2018 estão dispostos a seguir:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado	Diferença	Valor de referência (Notional)
Swap Libor x DI 07.03.16 Santander	11.642	11.583	59	277.718
Swap Fixo (USD) x DI 05.07.16 Itaú	40.318	38.332	1.986	250.000
Swap DI x Fixo 08.12.17 Itaú	(679)	(407)	(272)	277.717
Swap DI x Fixo 13.03.18 Itaú	(126)	(2.981)	2.855	250.000
Swap Libor x DI 28.03.18 Citibank	55.382	51.750	3.632	320.000
Swap Libor x DI 08.01.16 Citibank	240	556	(316)	143.580

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2018.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2018 haviam 6 (seis) contratos de swap, sendo três contratos de Libor + Spread para CDI + Spread, um de dólar + Spread para CDI, e dois contratos de CDI para Spread a fim de diminuir a exposição às flutuações das variações cambiais e do CDI, conforme demonstrado a seguir:

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31/12/2018	31/12/2017
<b>Contratos de swaps:</b>					
CITIBANK S.A	08/01/2016	24/12/2018	Libor + 2,40%aa CDI + 1,90%aa	-	(24.244)
SANTANDER (Brasil) S.A	07/03/2016	07/03/2019	Libor + 1,53%aa CDI + 0,40%aa	11.583	(29.694)
ITAÚ S.A.	05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	38.332	3.109
SANTANDER (Brasil) S.A	07/12/2017	24/12/2018	CDI + 1,90%aa FIXO 9,108% aa	-	2.637
ITAÚ S.A.	08/12/2017	07/03/2019	CDI + 0,40%aa FIXO 7,675% aa	(407)	1.220
BRADESCO S.A.	16/02/2018	17/12/2018	114% CDI FIXO 7,612%aa	-	-
ITAÚ S.A.	13/03/2018	07/01/2019	115,65% CDI FIXO 7,54%aa	(2.981)	-
CITIBANK S.A	28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,47%aa CDI + 0,93%aa	51.750	-
CITIBANK S.A	28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,47%aa CDI + 0,93%aa	556	-

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide a seguir análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2018 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3 (antiga BM&F). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais)

Ativos	Risco	Base 31/12/2018	Cenários projetados - DEZ. 2019		
			Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	16.346	(1.027)	(776)	(521)
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	248.383	(15.601)	(11.784)	(7.913)
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pre-fixado	12.896	-	-	-
Ativo indenizável	Redução do IPCA	3.378.495	(83.501)	(62.626)	(41.751)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(462.378)	(33.242)	(40.261)	(47.185)
Instrumentos financeiros derivados	Pre-fixado	(463.812)	(34.123)	(34.123)	(34.123)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da Libor	765.582	82.024	261.172	411.041
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	259.441	28.764	87.739	136.745
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pre-fixado	(83.031)	(5.320)	(5.320)	(5.320)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(299.146)	(31.331)	(99.297)	(155.775)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(374.286)	(38.212)	(44.120)	(49.944)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Selic	(110.593)	(10.222)	(11.854)	(13.464)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(1.624.964)	(133.148)	(158.995)	(184.472)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(303.672)	(33.175)	(35.371)	(37.553)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(815.957)	(85.987)	(276.904)	(436.621)
			(394.101)	(432.520)	(466.856)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%	Cenário + 50%
SANTANDER 4131	32.882	101.940	159.710
SANTANDER 4131 SWAP PA	(33.183)	(101.287)	(158.258)
SANTANDER 4131 SWAP PP	18.668	22.903	27.080
ITAÚ SWAP SANTANDER PP - PA	(16.184)	(19.856)	(23.478)
ITAÚ SWAP SANTANDER PP - PP	17.994	17.994	17.994
ITAÚ 4131	31.332	99.297	155.774
ITAÚ 4131 SWAP PA	(28.764)	(87.739)	(136.745)
ITAÚ 4131 SWAP PP	15.991	19.830	23.608
Itaú 4131 PA - PP	(15.784)	(19.572)	(23.301)
Itaú 4131 PP - PP	16.130	16.130	16.130
DEBÊNTURES 9ª EMISSÃO - 1 SÉRIE (AMPL19)	42.902	53.205	63.350
CITIBANK 4131 II	38.121	126.294	200.059
CITIBANK 4131 II - SWAP PA	(34.989)	(115.278)	(182.446)
CITIBANK 4131 II - SWAP PP	21.020	25.441	29.801
CITIBANK 4131 III	14.984	48.671	76.853
CITIBANK 4131 III - SWAP PA	(13.852)	(44.607)	(70.336)
CITIBANK 4131 III - SWAP PP	9.531	11.516	13.474
Total	116.799	154.882	189.269

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI e da Libor sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa.

30. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.497.509 em 2019, R\$ 2.502.082 em 2020, R\$ 2.649.373 em 2021, R\$ 2.702.933 em 2022 e R\$ 58.315.992 após 2022.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no período em 31 de dezembro de 2018 que foram homologados pela ANEEL.

31. Participação nos resultados

O montante dessa participação no período de janeiro a dezembro de 2018 foi de R\$ 15.714 (R\$ 16.068 em 31 de dezembro de 2017).

32. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2018	31/10/2019	R\$ 1.782.582	R\$ 185.253
Responsabilidade civil	01/11/2018	31/10/2019	N/A	R\$ 741.012